
Memórias e Narrativas nas Religiões. O caráter literário do Antigo Testamento

Martin Norberto Dreher*

Resumo. A temática da memória e da narrativa nas religiões é desenvolvida a partir de leitura crítica do TENAK, o Antigo Testamento da tradição judaica, evidenciando o caráter literário deste livro, cuja redação envolve mais de mil anos e cujo caráter “sagrado” se deve ao relato de Israel de suas experiências com o “Sagrado”.

Palavras-chave: Memórias, Narrativas, Judaísmo, Antigo Testamento

Memories and Narratives within the Religions. The Old Testament as literature

Abstract. The topic ‘memory and narrative within the religions’ is developed with a critical lecture of the TENAK, the Old Testament of the Jewish tradition making evident the character of this book as literature, whose redaction involves more than one thousand years and whose character as “sacred” is related to the narratives made by Israel concerning their experiences with de “Sacred”.

Keywords: Memories, Narratives, Judaism, Old Testament

Há alguns anos deparei-me com título interessante que buscava definir o Antigo Testamento, o TENAK: “O livro que cresceu por mil anos”. O título expressa que o Antigo Testamento passou por desenvolvimentos e reproduz tradições. O que existe por trás do nome Antigo Testamento é grande coletânea dos mais diferentes escritos que, muitas vezes, não apresentam uniformidade e unidade, podendo ser simples coletânea. Os livros do Antigo Testamento abrangem longo período que chega até o século II a. C., também foram redigidos em diferentes épocas. Quem se ocupa com esse livro, Bíblia, deve perguntar pela época de seu surgimento e por sua história redacional. Por outro lado, seu conteúdo também é altamente plural e nem sempre se dedica apenas a questões religiosas. Trata de questões profanas, traz listas e relações, determinações legais de ordem política, documentos históricos e anais, relatos e memorandos. Além disso, reproduz memória pré-literária muito antiga. Também estes aspectos não devem ser deixados de lado.

Quando se analisa o Antigo Testamento é surpreendente a quantidade de material

* Professor emérito. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo. Doutor em Teologia com concentração em História da Igreja pela Universidade Ludovico Maximiliana de München/Alemanha (1975). Foi professor na Faculdades EST- São Leopoldo (1978-1994) e na Unisinos (1995-2011). martindreher@terra.com.br.

proveniente de “tempos imemoriais”. Surpreendente é também a maneira quase que infantil em que essas memórias são relatadas. Assim, por exemplo, podemos ler a respeito de bem que foi confiado e que, aparentemente, foi surrupiado:

Se alguém receber de uma pessoa dinheiro ou objetos para serem guardados e isso for roubado de sua casa, o ladrão, se for achado, pagará o dobro. Mas se o ladrão não for encontrado, o dono da casa será levado ao lugar de adoração e ali deverá jurar que não roubou o que lhe foi dado para guardar. (ÊXODO 22.7-8).

No mundo oriental que envolve o Antigo Testamento, a documentação encontrada em Nuzi (1500 a. C.) nos ajuda a verificar que a documentação de Êxodo é comum na apreciação jurídica: “Levar ao lugar de adoração” significa prestar juramento, neste acaso, de que não foi ele quem roubou.

Lembro também as Matzeivas e Acheras, santuários cananeus, cuja veneração é expressamente proibida (ÊXODO 34, 13-14; Deuteronômio 16, 21-22), porque “Adonai, teu Deus, os odeia”. Tais pedras e colunas de madeira, contudo, foram erguidas por Jacó, Josué e Samuel. Séculos mais tarde, Jeremias se lamenta que Israel “diga à madeira: tu és meu pai e à pedra: tu me geraste” (JEREMIAS 2.27). Com a mesma singeleza nos é relatada a veneração de “Deus de Beth-El” e do “Susto de Isaque” ou do “Forte de Jacó”, designações para Deus ainda utilizadas no exílio babilônico.

Por outro lado, muitíssimas memórias se perderam. Em Gênesis 6, 1-4 nos deparamos com narrativa a respeito dos filhos dos deuses e das filhas dos seres humanos que é interrompida abruptamente, sem que tenhamos sua continuação preservada em nenhum outro texto. Outro aspecto: em 2 Timóteo 3,8 (no Novo Testamento cristão) são mencionados Jannes e Jambres que se teriam rebelado contra Moisés. O Antigo Testamento jamais menciona esses nomes! – Em diversas oportunidades é feita referência a coletâneas de livros que não mais existem. “O Livros das Guerras de Adonai” (NÚMEROS 21, 14) ou “O Livro do Justo”. Além disso, deve ter existido uma Crônica a respeito de Salomão (1 REIS 11, 41) e Anais relativos aos reis de Israel e de Judá, pois sempre de novo é feita referência a esses “anúários”, que não devem ser confundidos com os livros das “Crônicas” que se referem aos livros mencionados e a outras fontes como “Crônica do Rei Davi” (1 CRÔNICAS 27, 24) ou “História de Urias” (2 Crônicas 26, 22). Além disso, há livros de (sobre) profetas que não foram preservados, como os de Samuel, Natã e Gade (1 CRÔNICAS 29, 29).

Verifica-se nessas passagens a clara intenção de complementar as fontes e documentos existentes a respeito de determinado período com conhecimento próprio. Moisés fixa por escrito relato a respeito da vitória sobre os amalequitas para “a memória”, para a posteridade (ÊXODO 17, 14) e Jeremias escreve “todas as palavras” (Jeremias 30,2) em escrito consolatório e “todos os discursos a respeito de Israel, Judá e todos os povos desde os tempos de Josias até à presente data” (JEREMIAS 36, 2). Quando o rolo é queimado pelo rei, manda reescrevê-lo pelo escriba Baruque (JEREMIAS 36, 28. 32). Mesmo que nestas passagens haja afirmação expressa de que Deus tenha ordenado essas anotações, devemos contar com o fato de nos encontrarmos em período, no qual há interesse literário expresso, pois no período de Eclesiastes (Kohelet) há a advertência: “Filho, há mais uma coisa que queria dizer: os livros sempre continuarão a ser escritos; estudar demais cansa a mente” (ECLESIASTES 12,12). Os demais profetas (excetuados Isaías 30, 8 e Habacuque 2, 2) nada dizem acerca de sua atividade literária, mas isso pode se dever ao fato de que seus livros são fragmentários.

Sabemos que a arte literária é muito antiga. Se observarmos o mapa, veremos que a Palestina forma ponte entre dois blocos culturais colossais: Egito e Assíria-Babilônia, nos quais se escrevia desde há muito. Também os pequenos reis das cidades-estado cananeias mantinham correspondências escritas desde cerca de 1400 a. C. Do relato de Wen-Amon sabemos que o rei Zekar-Baal de Byblos (por volta de 1.100 a. C.) mandava ler “os diários de seus pais”. Ele tinha, pois, algo semelhante a anais da corte. A cidade de Debir deve ter sido centro de erudição e de escribas, pois antes de sua conquista por Israel tinha o nome de Kirjath-Sepher (= Cidade da escrita ou Cidade do Livro; JOSUÉ 15.15). Quando Israel se tornou sedentário não pôde fugir à cultura com a qual se deparou. Em Israel a arte da escrita também se tornaria corrente. Juízes 8, 14 talvez esteja exagerando quando reproduz tradição, segundo a qual Gideão escolheu um dos jovens de Sukkoth para que lhe fizesse relação dos principais da localidade.

Também podemos fazer ideia do conteúdo e das proporções da atividade de escribas. Antes de mais nada, os escribas devem ter fixado por escrito leis religiosas e cúlticas (ÊXODO 24, 4.12; DEUTERONÔMIO 17, 18), listagem de leis, como Samuel (“Declarou ao povo o direito do reino, escreveu-o num livro”. 1 SAMUEL 10, 25); contratos de compra (JEREMIAS 32, 10), cartas de divórcio (DEUTERONÔMIO 24, 1), decisões judiciais (ISAÍAS 10, 1) e até peças acusatórias (JÓ 13, 26; 31, 35). Davi imitou os cananeus e instituiu em sua corte a função do “escrivão” (2 SAMUEL 8, 17),

que continuou a existir no reinado de Salomão (1 REIS 4, 3) e sucessores. O escrivão era responsável pela correspondência oficial, a fixação escrita dos anais, anotação das decisões governamentais, a formulação de relações de alistamento militar (2 REIS 25, 19). A importância dessa função pode ser deduzida do fato de que o rei da Babilônia também mandou executar o “escrivão-mor do exército” em Ribla (2 Reis 25, 21). Crônicas nos fala de uma Guilda de Escrivões (1 CRÔNICAS 2, 55). Já nos primórdios do reinado se fala de cartas particulares (2 SAMUEL 11, 14; 2 REIS 10, 1.6), do que se pode depreender que ler e escrever pode ser pressuposto de maneira generalizada, pelo menos nos círculos dirigentes. Com isso não queremos deixar de acentuar que a massa do povo, especialmente a mulher, era analfabeta (ISAÍAS 29, 12).

Mesmo que a palavra escrita tenha tido grande importância, não podemos esquecer que a palavra escrita não é o principal. Antes dela há a palavra falada. Não se trata da literatura, mas de canto e de dito; não é o livro, mas a tradição oral, profundamente enraizada na vida do povo e transmitida boca a boca e de geração em geração. E isso é feito com uma fidelidade e confiabilidade que é peculiar a pessoas cuja memória ainda não foi corrompida pela muita escrita. Quem lê o Antigo Testamento depara-se (especialmente nos livros históricos) com tais hinos que, em geral, são mais antigos que o próprio texto, no qual agora estão intercalados. Originalmente eram bastante concisos e eram cantados em meio a dança e acompanhados por instrumentos musicais, muitas vezes com coro (ÊXODO 15, 20-21; NÚMEROS 21, 17; 1 SAMUEL 18, 6 e 7). A solenidade era intensificada pela repetição das palavras, muitas vezes em responsório (1 SAMUEL 18, 7), o que já era tradição entre os cananeus (JUÍZES 16, 23-24). Israel cantava muito e nas mais diversas oportunidades, pois é característica da poesia popular abranger todos os aspectos da vida humana e acompanhá-los com canções. O fato de só poucas dessas canções terem sido preservadas deve-se a seu caráter profano. O fato de se haverem preservado cantos de amor e de casamento se deve ao fato de cedo haverem sido relacionados com a relação de Deus e seu povo. Quando se inaugurava poço, havia canto (NÚMEROS 21, 17-18); canto havia quando da colheita e do esmagar das uvas (JEREMIAS 25, 30; 48,33). Cantava-se em reuniões sociais e em bebedeiras (AMÓS 4, 4ss; ISAÍAS 5, 11s). Quem partia para terra distante era abençoado (GÊNESIS 24, 6s) e despedido com canto e música (GÊNESIS 31, 27). O canto também debochava de fraquezas humanas como a calvície (2 REIS 2, 23) ou a beleza que sumiu (ISAÍAS 23, 15-16).

Nesse contexto também devemos falar dos *Provérbios* prenhes de sabedoria, dos quais também se originou o provérbio sapiencial que atingiu seu auge nos dias de Salomão (1 REIS 5, 11-12) e sua fixação literária nos “Provérbios de Salomão”. O *dito profético*, o primeiro estágio da pregação profética deve ter se desenvolvido a partir do provérbio. Foi com cântico que Débora insuflou as tribos de Israel para a batalha (JUÍZES 5, 12). Foram preservados *cânticos de vitória*, os quais nos parecem ser mais fanfarronices; há cânticos que escarnecem dos adversários (NÚMEROS 21, 27), que choram sobre os que caíram em combate (2 SAMUEL 1, 19; 18, 33). No geral, hinos de moribundos e lamentos junto a mortos ocupam amplo espaço na poesia popular. O começo de vários desses cânticos foi preservado, como “o lamento sobre o filho único”, “Meu pai” (2 REIS 2, 12; 13, 14) ou “Ó, irmão; ó, irmã” e “ Ó, Senhor, ó, nobre”. Também existiram hinos políticos perigosos como o de Seba (2 SAMUEL 20, 1) que encontrou eco no meio do povo (1 REIS 12, 16) e levou à separação do reino do norte da casa real de Davi. No entanto, é importante acentuar que poesia popular “secular” não é o mais importante no Antigo Testamento.

A existência de Israel não se deve a ato político, mas a evento religioso, a aliança com o Deus Adonai. As guerras eram guerras de Adonai e tudo o mais que aconteceu era refletido sob a ação de Adonai com e em seu povo. Essa perspectiva levou a que, necessariamente, o momento religioso fosse ressaltado nos hinos, se tornasse elemento básico para toda a literatura israelita. Isso se evidencia desde as mais antigas porções de sua poesia como os versos relacionados à arca da aliança (NÚMEROS 10, 35-36), o canto vitorioso de Miriam (ÊXODO 15, 231), o cântico de Débora (JUÍZES 5) com o final: “Assim, Adonai, pereçam todos os teus inimigos!” Expressiva é também a relação religiosa de um gênero literário especial, os *ditos de maldição e bênção* que parecem ter se desenvolvido a partir dos provérbios. No todo, a poesia de Israel foi cultural e religiosa. Também quando do advento do reinado não houve alteração fundamental. É verdade que se diz de Davi que foi “homem exaltado” em Israel (2 SAMUEL 23, 1) e que nos cânticos reais (SALMO 20, 21) merecem destaque os salmos de entronização (Salmo 2; 110) bem como o hino de casamento do rei (SALMO 45). No entanto, em Israel a figura do rei é menos importante que seu Deus, pois foi ele quem o entronizou (1 SAMUEL 10, 1).

A *poética cúltico-religiosa* transmitida especialmente no livro dos Salmos reproduz orações e hinos, nos quais nos deparamos com situações que afetam o

indivíduo ou o povo como um todo. Menção deve ser feita ao *oráculo* que é a resposta de Adonai às consultas dos que estão em busca de auxílio. Ao longo da história de Israel sempre houve consulta à divindade, lançando-se sorte. Quando se lançava pauzinhos esperava-se resposta breve: “sim” ou “não”. A seu lado encontramos oráculos em forma de verso. Na profecia vão assumir caráter escatológico: eles se referem ao “dia de Adonai”, no qual ele há de se revelar também às gentes assim como a seu povo com juízo e salvação.

No tocante à *prosa* do Antigo Testamento há muitos textos que reproduzem tradição oral e que foram assumidos pelos que fazem produção literária. Em Israel também houve contadores de história profissionais. Essa tradição se encontra em todo o Oriente. Quando da celebração do pessah (Páscoa) se diz: “Quando hoje ou amanhã teu filho te perguntar: Que é isso, aí responderás” (ÊXODO 12, 26; 13,14). À essa admoestação seguem, então, relatos a respeito da misericórdia de Deus, com a qual elegeu e guiou seu povo. Tais relatos não são fato isolado, mas são repetidos, com pequenas modificações, de modo que podemos supor tradição oral.

O conteúdo e a forma desta tradição podem ser múltiplos. Os *mitos*, como é fácil de compreender, só ocupam posição periférica, pois Israel – ao contrário dos povos vizinhos – só admite um Deus, o Deus da aliança do Sinai, e a ele rendia culto. Mesmo assim, deparamo-nos, ocasionalmente, com influências dos vizinhos, especialmente nos relatos da criação (GÊNESIS 1-11) e especialmente nos profetas e salmos foram preservadas memórias de conteúdo mitológico. Há, por exemplo, relato de luta de Adonai com o dragão (ISAÍAS 27, 1; 51, 9), do monstro Tehom que tem que tremer ante Adonai e que é por ele vencido; do Scheol, o reino dos mortos, esse monstro que com goela aberta engole o ser humano e do qual só Adonai pode salvar (SALMO 49, 16; 86, 13). Também é narrado a respeito da estrela matutina que quis colocar seu trono acima do de Adonai e que foi lançada às profundezas (ISAÍAS 14, 12ss). Outra narrativa sabe a respeito de ser humano primevo, nascido antes dos montes e que observou e ficou ouvindo o “conselho de Deus” para de lá roubar a sabedoria (JÓ 15, 7-8). O Antigo Testamento está cheio dessas referências. Na pesquisa, por muito tempo, se buscou afirmar a partir de tais relatos que Israel dependia especialmente da Babilônia e, por isso, era menos criativo. Mais importante não me parecem ser as tradições comuns, mas as diferenças, pois aí reside a criatividade da religião de Israel.

Ao lado do material mítico, deparamo-nos no Antigo Testamento com muita

coisa que vem do mundo dos contos de fada. Os profetas se valem deles. No entanto, em nenhuma passagem nos deparamos com contos de fada em sua íntegra. Só há referências, como a criança exposta, nua, que é encontrada, acolhida e que, em decorrência de casamento, chega a alta posição (EZEQUIEL 16, 4ss). Ou, o azarão que escapa aos perigos proporcionados pelo leão e pelo urso e que no conchego do lar morre vítima da mordida da cobra (AMÓS 5, 19). Há a narrativa da espada, ante a qual não há escapatória. Só Adonai consegue acalmá-la (EZEQUIEL 21). Há a árvore que é tão grande e tão bela que nenhuma das árvores do jardim dos deuses a ela se assemelha (EZEQUIEL 31, 4ss). Há animais que falam como a serpente no paraíso (GÊNESIS 3, 1) e a burra de Balaão (NÚMEROS 22, 30), que jejuam com a população de Nínive (JONAS 3, 7-8). Traços de contos de fada encontramos nos relatos que nos falam do envio de diversos mensageiros (1 SAMUEL 19, 18ss; 2 REIS 1, 9ss), quando pedidos podem ser expressos (1 REIS 3,5; 2 REIS 2, 9; 4, 2) ou quando casais estéreis são agraciados com uma criança. Em todas essas passagens temos *motivos* de contos de fadas que são introduzidos na textura de narrativa, com a finalidade de acentuar o poder de Adonai.

Do mesmo modo, a *fábula* não tem significado próprio no Antigo Testamento. Isso pode ser depreendido da tradição que sabe que Salomão “falava de árvores ... e de animais, de pássaros, vermes e peixes”. Há referências a tais elementos na briga do machado com o braço (ISAÍAS 10, 15) e do barro com o oleiro. Temos relato mais extenso na fábula de Jotão (JUZES 9, 8-15) e mais abreviado na de Jeoás (2 REIS 14, 9). As duas fábulas se aproximam da *alegoria* e da *parábola*.

Espaço importante é ocupado pelas *sagas* transmitidas no Antigo Testamento, especialmente em Gênesis. É errado querer negar a obviedade de que só nos deparamos com fábulas e erguer barricadas, afirmando que os relatos são historicamente confiáveis, nos mínimos detalhes. E, houve quem o tentasse! Por outro lado, seria igualmente errado pretendermos ignorar a saga como poesia e, por isso, irreal e sem valor. A saga é forma especial de exposição/narrativa que encontra seu lugar entre o conto de fada e a história. Por isso, também está situada em outro nível do que a exposição meramente histórica. Ela é a transposição da realidade para a poética, é poesia mesmo quando se vale de prosa, muitas vezes com construção magistral e artística do texto. Ela não é mero resultado do desejo de fabular; quer ensinar e explicar e fá-lo de modo peculiar. Não o faz por meio de douts tratados e grande construção de ideias, mas de maneira

simples, *naiv*, popular, respondendo a múltiplas perguntas. São muitas as perguntas. Por que a região em torno do Mar Morto é tão morta e sem vida? Sempre foi assim? A saga sabe que, outrora, aí se encontrava o vale de Siddim (GÊNESIS 13, 10), jardim de Deus a exemplo da terra do Egito, mas aí Deus mandou castigo sobre os pecados de Sodoma e Gomorra (GÊNESIS 19, 24-25). E, aquela coluna de sal sobre o Dschebel Usdum, montanha a sudoeste do Mar Morto, nada mais é que a mulher de Ló, transformada em coluna de sal por causa de sua desobediência (GÊNESIS 19, 26). Por que a cobra tem que rastejar sobre seu ventre e (segundo convicção popular) comer pó? Explicação popular encontramos na história da queda do ser humano e na maldição da serpente por Deus (GÊNESIS 3, 14). A saga sabe interpretar a atração sexual como ação divina (Gênesis 2, 22ss). Na cidade de Lus havia antigo santuário cananeu com uma matzeiva que foi assumida por Israel, sem qualquer problema. Mas, seria isso permitido? Era necessário comprovar a santidade do lugar. Por isso, a saga sabe narrar acerca do que Jacó ali experimentou e como transformou a matzeiva em uma “Beth-El”, uma casa de Deus (GÊNESIS 28, 22). A tradição cultural que proíbe comer o músculo da coxa é relacionada com a luta de Jacó com Deus junto ao Jaboque (GÊNESIS 32, 32). A saga tem predileção pela explicação de nomes, o que nem sempre pode ser entendido pela pessoa que não domina o hebraico. O nome do patriarca Abraão é Abraham (=Pai de multidão), pois Deus quer fazer dele pai de muitos povos (GÊNESIS 17, 5). Isaque, o nome do segundo patriarca (literalmente: “ele ri”) tem três diferentes interpretações: Abraão (GÊNESIS 17, 17) ou sua esposa Sara (GÊNESIS 18, 12) riram quando da promessa. Ou: as pessoas rirão de sua tardia gravidez (GÊNESIS 21, 6). Também para o nome Beer-Seba encontram-se duas explicações, dependendo das diferentes possibilidades de significado: “sete poços” ou “poço do juramento”. As explicações: sete cordeiros são testemunhas de que Abraão teria cavado o poço (GÊNESIS 21, 30) ou o juramento que os dois parceiros prestaram junto ao Poço (GÊNESIS 21, 31; 26, 33). A maneira descomplicada que a saga tem de interpretar nomes se evidencia no nome da cidade Babel (=Porta de Deus) que é simplesmente deduzido do hebraico e interpretado a partir dele: ali Deus “confundiu” as línguas (GÊNESIS 11,9). Tais exemplos podem ser multiplicados, mas evidenciam que essas *sagas etiológicas* têm algo em comum que as diferenciam de outras sagas. Trata-se de sua relação com Deus. Por causa desta característica transformam-se em espelho da piedade popular que procura e encontra a ação de Deus em todos os lugares e em tudo. – Grupo especial de sagas encontramos

naquelas que giram em torno de *grandes personalidades do passado*: os três patriarcas, Moisés, líderes como Josué e Gideão, heróis como Sansão, profetas como Samuel, Elias e Eliseu, reis como Davi e Salomão. A historiografia não se interessa tanto por pessoas, mas pelos grandes acontecimentos políticos, sociais e econômicos. A saga, porém, não está interessada nas grandes conexões dos acontecimentos; ela prefere os pequenos recortes da vida de grandes personalidades, cujas características busca precisar, traçando, delicadamente, peculiaridades. Não busca apresentar apenas as linhas gerais, mas a vida privada do herói. Com isso, não consegue evitar parcialidades e exageros. Quanto mais popular for o herói tanto mais se reúnem em torno de sua pessoa e de seu tempo narrativas populares. Por isso, pode acontecer que uma saga “migre”. Seu conteúdo é “emprestado” de outra saga e “adaptado” à nova situação. Forma-se, assim, coletânea de sagas em torno de pessoas como Sansão, Elias, Eliseu, surgidas em período pré-literário e que mantêm seu caráter quando de sua adaptação literária.

Tipo especial de saga é a *novela* (Rute, Abigail [1 SAMUEL 25]), uma saga ampliada, e a *lenda* (profetas) que, mais tarde, se transforma em gênero muito apreciado: A lenda do martírio (Daniel).

Em nossa exposição, privilegamos temáticas pré-literárias. Não abordamos a historiografia. Mesmo assim, merecem ser mencionados a *Torá Sacerdotal* e a *Coletânea de Leis*. A *Torá Sacerdotal*, posteriormente, assumiu forma rítmica (SALMO 15, 2ss; 24, 4ss; EZEQUIEL 18, 5 ss. 16-17.21) e pretende ensinar com suas formulações “deves” ou “não deves” (ÊXODO 20; DEUTERONÔMIO 5). Quer ensinar a partir da lei de Adonai (Torá), de seus mandamentos e proibições, o indivíduo e apresentar-lhe práticas cúlticas, pureza e impureza, o sagrado e o profano (ÊXODO 34, 14ss). Ao lado dos preceitos religiosos há *Leis* de caráter geral que abrangem as mais distintas áreas da vida humana e que podem ser comparadas a um Código de Direito Civil. Sua construção corresponde à formulação “caso alguém fizer isso e aquilo, será feito isso e aquilo” (ÊXODO 21, 26; 22, 1s.5s). Com essa formulação aproxima-se ao Código de Hamurabi.

Creio que ficou evidenciado que o que designamos de Antigo Testamento já existia como tradição oral antes de obter sua fixação escrita. Parte da tradição oral se transformou em literatura e pode ser reconhecido como tal. Outra parte sofreu sob a lei da seleção. Por isso, muito se perdeu ou foi inserido em outro contexto ou foi modificado para se adaptar a interesses nacionais ou sacerdotais. Os textos não foram

escritos para serem “escritura sagrada”. São memória e narrativa, histórias de tribos que no decorrer de longo processo formaram um povo que refletiu sua história na presença de Adonai. Tornaram-se sagradas por causa da experiência com o “sagrado”. Nisso se distinguem do Corão.

Referências

ALT, Albrecht. *Terra Prometida*. Ensaios sobre a História do Povo de Israel. São Leopoldo: Sinodal, 1987.

NOTH, Martin. *Die Welt des Alten Testaments*. Einführung in die Grenzgebiete der Alttestamentlichen Wissenschaft. 4 ed. Berlin: Alfred Töpelmann, 1962.

NOTH, Martin. *Geschichte Israels*. 4. Ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1959.

NOTH, Martin. *Gesammelte Studien zum Alten Testament*. München: Christian Kaiser, 1966.

RAD, Gerhard Von. *Das erste Buch Mose – Genesis* (Das Alte Testament Deutsch 2/4) 8. Ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1967.

VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2003.

WOLF, Hans Walter. *Antropologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1975.

Recebido em 26/11/2012

Aprovado em 20/12/2012